



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CARRAZEDA DE ANSIÃES



CERTIDÃO

----- **FERNANDA NATÁLIA LOPES PEREIRA**, PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CARRAZEDA DE ANSIÃES: -----

----- CERTIFICA, que a Assembleia Municipal de Carrazeda de Ansiães, em sessão ordinária realizada no dia dezanove de junho de dois mil e vinte, entre outras, tomou a seguinte deliberação:

-----“**PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS / ANO DE 2019**”:

----- **O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** submeteu à apreciação e votação do plenário a proposta supra identificada, conforme certidão emitida e enviada pelo executivo municipal, na sequência da deliberação tomada em reunião extraordinária de 2020-06-12 entretanto enviada, atempadamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que se transcreve:

“CERTIDÃO

João Carlos Quinteiro Nunes, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, CERTIFICA que, na reunião extraordinária da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, realizada a 2020-06-12, foi apreciado, discutido e votado o seguinte assunto: -----

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS / ANO DE 2019

Documentos em apreciação: -----

(Doc.1) -----

Documentos de prestação de contas consolidadas, a 31 de dezembro de 2019, com a seguinte composição:

- Relatório de Gestão; -----
- Demonstrações financeiras consolidadas; -----
- Anexo às demonstrações financeiras consolidadas; -----
- Certificação Legal de Contas. -----

Os documentos acima mencionados, devidamente rubricados pelos membros da Câmara Municipal, fazem parte integrante da ata, ficando arquivados na respetiva pasta de documentos. -----

Deliberação: A Câmara Municipal, por maioria, aprovou os documentos de prestação de contas consolidados, devendo os mesmos ser presentes à Assembleia Municipal; -----

Votação: -----

3 votos a favor: -----

- João Gonçalves (Presidente) -----
- Adalgisa Barata (Vice-Presidente) -----
- Roberto Lopes (Vereador) -----

1 abstenção: -----

- Frederico Meireles (Vereador) -----

(Aprovado em minuta)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CARRAZEDA DE ANSIÃES

Paços do Município de Carrazeda de Ansiães, aos doze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte
O Chefe da DAF
João Carlos Quinteiro Nunes". -----

DELIBERAÇÃO: Após apreciação e votação, a Assembleia Municipal de Carrazeda de Ansiães **por maioria**, com vinte e sete votos a favor e duas abstenções dos membros (Vânia Seixas e Manuel Pinto), num total de vinte e nove membros, deliberou **aprovar** os documentos de prestação de contas consolidados do ano de 2019, nos termos aprovados e propostos pela Câmara Municipal. -----
(Aprovada em minuta)

----- Por ser verdade e me ter sido pedida, passo a presente certidão que dato, assino e autentico com o carimbo a óleo nesta Assembleia Municipal. -----

----- Carrazeda de Ansiães, Paços do Município, aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte. -----

O Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal,

Fernanda Natália Lopes Pereira





Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães

CERTIDÃO

João Carlos Quinteiro Nunes, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, CERTIFICA que, na reunião extraordinária da Câmara Municipal de Carrazeda de Ansiães, realizada a 2020-06-12, foi apreciado, discutido e votado o seguinte assunto: -----

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS / ANO DE 2019

Documentos em apreciação: -----

(Doc.1) -----

Documentos de prestação de contas consolidadas, a 31 de dezembro de 2019, com a seguinte composição: -----

- Relatório de Gestão; -----
- Demonstrações financeiras consolidadas; -----
- Anexo às demonstrações financeiras consolidadas; -----
- Certificação Legal de Contas. -----

Os documentos acima mencionados, devidamente rubricados pelos membros da Câmara Municipal, fazem parte integrante da ata, ficando arquivados na respetiva pasta de documentos. -----

Deliberação: A Câmara Municipal, por maioria, aprovou os documentos de prestação de contas consolidados, devendo os mesmos ser presentes à Assembleia Municipal; -----

Votação: -----

3 votos a favor: -----

- João Gonçalves (Presidente) -----
- Adalgisa Barata (Vice-Presidente) -----
- Roberto Lopes (Vereador) -----

1 abstenção: -----

- Frederico Meireles (Vereador) -----

(Aprovado em minuta)

Paços do Município de Carrazeda de Ansiães, aos 12 dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte

O Chefe da DAF

João Carlos Quinteiro Nunes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
CARRAZEDA DE ANSIÃES
PRESENTE EM SESSÃO DE
2020/06/12

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

PKF & Associados – SROC, Lda.

Edifício Atrium Saldanha

Praça Duque de Saldanha, 1 – 4º, Letras H e O

1050-094 Lisboa



Carrazeda de Ansiães, 09 de Junho de 2020

Exmos. Senhores,

Pela presente confirmamos os seguintes elementos e informações que, na medida do nosso conhecimento e convicção, vos facultámos no decurso do vosso exame às Demonstrações Financeiras Consolidadas do **Grupo Autárquico de Carrazeda de Ansiães (Grupo Autárquico)** relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as quais evidenciam um total de balanço de 43.731 milhares de euros de euros e de fundos próprios de 35.093 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 134 milhares de euros:

1. As demonstrações financeiras consolidadas representam de forma verdadeira e apropriada a situação financeira do Grupo Autárquico, os resultados da sua actividade e as alterações verificadas na posição financeira, em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades e salvaguardar o património do Grupo Autárquico.
2. Os pressupostos significativos utilizados nas estimativas contabilísticas são razoáveis.
3. Não temos conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de Dezembro de 2019, para além dos que foram divulgados no Anexo, que justifiquem ajustamentos nas demonstrações financeiras do Grupo Autárquico relativas ao período então findo, que afectem as situações e/ou informações nas mesmas reveladas, ou ainda que, embora não afectando aquelas demonstrações financeiras, situações ou informações, tenham alterado ou se espere que venham a alterar de forma significativa, favorável ou desfavoravelmente, a situação financeira do Grupo Autárquico, os seus resultados e/ou as suas actividades.

4. Foi-vos dado conhecimento de todas as situações que possam afectar as demonstrações financeiras.
5. Foram-vos facultados os livros de actas das reuniões dos órgãos deliberativos e executivos do Grupo Autárquico com reflexo nas contas e os resumos de todas as deliberações tomadas por esses órgãos sociais em reuniões recentes e relativamente às quais ainda não foram preparadas as respectivas actas, bem como todos os livros e registos contabilísticos e financeiros existentes e respectiva documentação relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras.
6. Foi-vos dado acesso sem restrições às pessoas da entidade junto das quais consideraram necessário obter prova de auditoria.
7. Não temos conhecimento de quaisquer contas, transacções ou acordos importantes que não tenham sido adequadamente reproduzidos e integrados nos livros e registos financeiros e contabilísticos que serviram de base à elaboração das demonstrações financeiras, nem de quaisquer transacções que tenham sido conduzidas em moldes que se afastem dos procedimentos aceitáveis em termos legais, comerciais ou éticos ou das condições correntes de mercado no tocante a normal e razoável formação dos preços.
8. Não temos conhecimento de (a) quaisquer irregularidades envolvendo gestores e/ou empregados que desempenhem funções de relevo no nosso sistema de controlo interno contabilístico, ou (b) de quaisquer irregularidades ou eventuais violações das leis ou normas legais em vigor, cujos efeitos devessem ter sido evidenciados nas demonstrações financeiras ou servido de base à criação de provisões ou à divulgação de passivos contingentes.
9. O Grupo Autárquico cumpriu as obrigações derivadas de contratos e de disposições legais e regulamentares, cujo incumprimento, a verificar-se, teria um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.
10. Confirmamos que procedemos a uma avaliação do risco das demonstrações financeiras conterem distorções materiais em resultado de fraude e acreditamos que o risco é baixo. Não temos conhecimento de quaisquer fraudes, alegações de fraude ou suspeitas de fraude que afetem o Grupo Autárquico, envolvendo os encarregados de governação e empregados que desempenhem um papel significativo no controlo interno ou quaisquer outros onde a fraude pudesse ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras, nem temos conhecimento de qualquer situação desta natureza que afecte as demonstrações financeiras e que tenha sido comunicada por empregados, ex-empregados, analistas, reguladores ou outros.
11. Confirmamos que, para efeitos da prevenção e investigação de branqueamento de capitais, dispomos de um sistema de controlo interno adequado e os nossos empregados encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre

esta matéria. Até à presente data não ocorreram situações que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.

12. O Grupo Autárquico é titular de todos os bens que integram o seu activo e todos eles estão isentos de quaisquer ónus ou encargos, excepto nas situações divulgadas no Anexo.
13. Todo o passivo do Grupo Autárquico de que temos conhecimento, está incluído nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2019. Fizemos uma revisão cuidadosa da situação respeitante a compromissos, responsabilidades contingentes, acções judiciais, situações fiscais por regularizar e eventuais reclamações e/ou casos litigiosos, tendo concluído que são adequadas as provisões existentes para lhes fazer face bem como os respectivos elementos informativos constantes das demonstrações financeiras.
14. Confirmamos que o Grupo Autárquico (i) não entrou em acordos com instituições financeiras envolvendo a compensação de saldos, ou outros acordos limitativos da disponibilidade dos valores em caixa e em bancos ou de linhas de crédito, ou ainda outros acordos similares, (ii) não entrou em acordos visando a posterior reaquisição de bens vendidos até à data do balanço, (iii) não entrou em acordos que não se integrem no curso e objetivos normais da atividade do Grupo Autárquico e (iv) não prestou garantias verbais e outros contratos tais como compromissos resultantes de contratos de futuros ou outros derivados que sejam realizados para outros efeitos que não o de cobertura de risco.
15. Fizemos uma avaliação cuidadosa da necessidade de constituição de provisões e excepto quanto às eventuais provisões registadas, não temos conhecimento de outras contingências que possam gerar encargos futuros para o Grupo Autárquico.
16. É completa a informação que foi prestada sobre a identificação das partes relacionadas e sobre os respectivos saldos e transacções. Todas as transacções estão devidamente divulgadas no Anexo, não existindo outras a reportar.
17. É convicção dos Encarregados de Governação que o valor evidenciado na rubrica de Imobilizado não se encontra em imparidade, pelo que não se encontra reconhecido qualquer ajustamento de valor relativo a esta rubrica das demonstrações financeiras.
18. Consideramos que o valor pelo qual se encontram registados em Existências e as Contas a receber é inferior ao seu valor realizável líquido, determinados com base em critérios de análise e avaliação numa óptica comercial, pelo que não existe necessidade de reconhecer qualquer ajustamento por perda de imparidade para além dos que se encontram registados nas demonstrações financeiras.
19. Não temos projectos ou intenções que de uma forma significativa possam afectar os saldos ou a classificação de activos ou passivos constantes das demonstrações financeiras. Confirmamos que a firma tem capacidade para continuar a deter os investimentos com características de longo prazo.

20. Não temos projectos ou intenções de acções que possam pôr em causa a continuidade das operações do Grupo Autárquico.
21. Os prejuízos de eventuais sinistros que possam ocorrer e afectem a continuidade das operações estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.
22. Não é do nosso conhecimento a existência de qualquer impedimento ou limitação de natureza legal ou fiscal ao desenvolvimento da atividade do Grupo Autárquico. 
23. Todas as facturas/notas de débito emitidas e recebidas, com referência ao exercício de 2018, correspondem a proveitos e custos efectivamente ocorridos no exercício e com correspondência com a actividade desenvolvida.
24. Toda a documentação constante dos registos contabilísticos cumpre os requisitos legais.
25. Todos os movimentos registados ao longo do exercício correspondem a fluxos financeiros reais e autênticos, resultantes de operações legítimas efectuadas.
26. Foram cumpridas todas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas.

Sem outro assunto de momento, subscrevemo-nos,

O responsável pela Contabilidade

O Órgão Executivo



Município de Carrazeda de Ansiães

Handwritten signatures in black and blue ink.

Handwritten signature in black ink.

Prestação de Contas Consolidadas

31 de Dezembro de 2019

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
CARRAZEDA DE ANSIÃES
PRESENTE EM SESSÃO DE
2020 / 06 / 19



Índice

| | |
|---|-----|
| I - Relatório de Gestão..... | 3 |
| 1 Enquadramento Geral | 4 |
| 2 Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação..... | 5 |
| 3 Método de Consolidação | 5 |
| 4 Análise Económica e Financeira da Atividade Consolidada | 5 |
| II - Demonstrações Financeiras Consolidadas..... | 7 |
| 1 Balanço Consolidado..... | 8 |
| 2 Demonstração de Resultados Consolidados | 10 |
| 3 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados..... | 11 |
| III - Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas..... | 12 |
| 1 Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação | 13 |
| 2 Entidades excluídas da consolidação | 13 |
| 3 Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada | 13 |
| 4 Informações relativas aos procedimentos de consolidação | 13 |
| 5 Informações sobre o financiamento de médio e longo prazo..... | 14 |
| 6 Informações sobre saldos e fluxos financeiros..... | 14 |
| 7 Informações relativas a compromissos | 14 |
| 8 Informações relativas a políticas contabilísticas..... | 15 |
| 9 Informações relativas a determinadas rubricas..... | 17 |
| 10 Outras informações relevantes..... | 20 |
| IV – Certificação Legal de Contas | 213 |

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right side and several smaller ones scattered around the table of contents.



[Handwritten signatures in black and blue ink]

I - Relatório de Gestão

31 de Dezembro de 2019

1 Enquadramento Geral

A crescente utilização pelos municípios de formas organizacionais de diversa natureza (nomeadamente empresarial), que detêm ou controlam, para a prossecução das suas atribuições e competências, numa lógica de grupo municipal, torna manifestamente insuficiente a simples prestação de contas individualizada por cada uma daquelas entidades.

A consolidação de contas nos municípios surge como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, permitindo, o estabelecimento de contas únicas representativas da atividade global e da situação do conjunto de entidades ligadas por interesses comuns.

Desta forma, além das contas individuais que as autarquias são obrigadas a apresentar, passam, também, a apresentar as contas consolidadas do grupo municipal em que a autarquia se enquadra.

A implementação da metodologia de consolidação de contas no setor público local permite melhorar a informação contabilística, quer ao nível da avaliação do risco financeiro, quer no âmbito do controlo e coordenação das diferentes entidades que interagem entre si.

A consolidação permite, igualmente, através de um inventário do conjunto de informações necessárias nas entidades que compõem o grupo municipal e uma consolidação por setor de atividade, uma avaliação das políticas públicas locais.

Dado que qualquer processo de consolidação de contas está intimamente ligado à qualidade da informação contabilística fornecida pelos diversos organismos a integrar na consolidação, o desenvolvimento da contabilidade pública e da contabilidade autárquica a nível nacional contribui para a normalização e uniformização da prática contabilística e, conseqüentemente, para a melhoria da informação contabilística produzida pelas diferentes entidades públicas.



2 Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

A Ensinansiões - Ensino Técnico Profissional - Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, é uma empresa pública municipal, cujo objeto social consiste na Criação e Gestão do funcionamento de uma Escola Profissional.

3 Método de Consolidação

O método de consolidação adotado pelo município de Carrazeda de Ansiões foi o de consolidação integral, o qual consiste na integração no Balanço, na Demonstração de Resultados da entidade consolidante dos elementos respetivos do Balanço e da Demonstração de Resultados da entidade consolidada.

4 Análise Económica e Financeira da Atividade Consolidada

O Município de Carrazeda de Ansiões como entidade-mãe é responsável pela apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas do grupo.

As demonstrações financeiras consolidadas que se seguem afiguram, estruturadamente, a posição e o desempenho do grupo municipal, ao proporcionar a informação financeira em resultado das atividades desenvolvidas durante o ano 2019.

4.1 Análise do Balanço

O Balanço pretende retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Municipal à data do encerramento do exercício de 2019, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo, constituído pelos bens e direitos que representam a aplicação de fundos, isto é, a sua estrutura económica, e, por outro lado, o Passivo e o Capital Próprio que representam a estrutura financeira, ou seja, a origem dos fundos.

| Balanço Consolidado | 2019 | 2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Activo Líquido | 43.730.808 | 42.764.427 |
| Imobilizado | 39.648.405 | 37.586.207 |
| Circulante | | |
| Existências | 206.536 | 189.308 |
| Dívidas de Terceiros | 1.839.842 | 1.816.288 |
| Disponibilidades | 1.997.226 | 3.154.989 |
| Acréscimos e Diferimentos | 38.799 | 17.635 |
| Passivo | 8.637.552 | 7.511.017 |
| Dívidas a Terceiros | | |
| Médio e Longo Prazo | 664.739 | 907.040 |
| Curto Prazo | 1.279.795 | 645.559 |
| Provisões | 0 | 0 |
| Acrescimos e Diferimentos | 6.693.018 | 5.958.418 |
| Fundos Próprios | 35.093.256 | 35.253.410 |
| Património | 8.548.722 | 8.548.722 |
| Diferenças de Consolidação | 0 | 0 |
| Prestações Suplementares | 0 | 0 |
| Reservas | 1.035.445 | 1.000.404 |
| Resultados Transitados | 25.642.683 | 25.018.247 |
| Interesses Minoritários | 153 | 238 |
| Resultado Líquido do Exercício afecto ao Município | -133.746 | 685.798 |

A principal componente do ativo consolidado corresponde ao imobilizado, que absorve cerca de 88% do total do seu valor, característica esta inalterável ao longo do biénio objeto de análise, bem demonstrativa da importância do respetivo agregado no grupo municipal

Por outro lado, o ativo circulante representa cerca de 12% do ativo líquido, sendo constituído pelas existências, dívidas de terceiros e disponibilidades. A exemplo do verificado no exercício anterior, as dívidas de terceiros e as disponibilidades continuam a ser as rubricas predominantes no ativo circulante.

Relativamente ao Passivo consolidado do Município, salienta-se a sua diminuição no valor de 666.058 euros, a qual resulta essencialmente da diminuição das dívidas de Médio e Longo prazo.

4.2 Análise da Demonstração dos Resultados

| Demonstração de Resultados Consolidada | 2019 | 2018 |
|---|------------------|------------------|
| Custos e Perdas | 8.449.936 | 7.531.494 |
| Total dos Custos Operacionais | 8.230.517 | 7.372.110 |
| Total dos Custos Financeiros | 4.294 | 5.388 |
| Total dos Custos Extraordinários | 215.125 | 153.996 |
| Proveitos e Ganhos | 8.316.190 | 8.217.292 |
| Total de Proveitos Operacionais | 8.084.343 | 7.735.948 |
| Total de Proveitos Financeiros | 1.860 | 2.862 |
| Total de Proveitos Extraordinários | 229.987 | 478.483 |
| Resultado Líquido do Exercício afecto ao Município | -133.746 | 685.798 |

Em resultado da atividade desenvolvida pelo grupo público municipal em 2019 foi originado um resultado líquido negativo de 133.746 euros originário de um total de proveitos de 8.316.190 euros e de custos incorridos de 8.449.936 euros.

4.3 Indicadores de Gestão

No quadro em baixo encontram-se os principais indicadores de Gestão do Grupo Económico municipal para o exercício de 2019:

| Indicadores Financeiros | 2019 | 2018 |
|------------------------------|------|------|
| Grau de Autonomia Financeira | 0,80 | 0,82 |
| Grau de Solvabilidade | 4,06 | 4,69 |
| Coefficiente de Dependência | 0,25 | 0,21 |
| Liquidez Geral | 3,19 | 8,02 |
| Liquidez Reduzida | 3,03 | 7,73 |
| Liquidez Imediata | 0,25 | 0,48 |

Os principais indicadores financeiros revelam um elevado grau de independência do município face aos seus credores e boa capacidade da entidade em resolver os compromissos assumidos perante terceiros.



[Handwritten signatures in blue and black ink]

II - Demonstrações Financeiras Consolidadas

31 de Dezembro de 2019



1 Balanço Consolidado

| ATIVO | 2019 | 2018 |
|--|------------|------------|
| Imobilizado: | | |
| Bens de domínio público: | | |
| Terrenos e recursos naturais | 127.208 | 108.282 |
| Outras construções e infra-estruturas | 12.555.946 | 11.900.167 |
| Bens do património histórico, artístico e cultural | 92.059 | 92.696 |
| Outros bens de domínio público | 441.018 | 405.667 |
| Imobilizações em curso | 2.587.308 | 2.790.571 |
| | 15.803.539 | 15.297.383 |
| Imobilizações incorpóreas: | | |
| Despesas de investigação e de desenvolvimento | | 0 |
| | 0 | 0 |
| Imobilizações corpóreas: | | |
| Terrenos e recursos naturais | 2.578.718 | 2.578.718 |
| Edifícios e outras construções | 14.226.672 | 13.711.314 |
| Equipamento básico | 78.559 | 61.386 |
| Equipamento de transporte | 333.427 | 353.755 |
| Ferramentas e utensílios | 14.932 | 19.227 |
| Equipamento administrativo | 159.005 | 156.748 |
| Outras imobilizações corpóreas | 52.749 | 52.819 |
| Imobilizações em curso | 5.033.591 | 4.002.580 |
| | 22.477.654 | 20.936.547 |
| Investimentos financeiros: | | |
| Partes de Capital | 1.367.211 | 1.352.276 |
| | 1.367.211 | 1.352.276 |
| Circulante: | | |
| Existências: | | |
| Matérias-primas, subsidiárias e de consumo | 206.536 | 189.308 |
| | 206.536 | 189.308 |
| Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (b) | | |
| Dívidas de terceiros - Curto prazo: | | |
| Clientes c/c | 22 | 35 |
| Contribuintes c/c | 0 | 0 |
| Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa | 0 | 0 |
| Estado e outros entes públicos | 0 | 313 |
| Outros devedores | 1.839.820 | 1.815.940 |
| | 1.839.842 | 1.816.288 |
| Depósitos em instituições financeiras e Caixa: | | |
| Depósitos em instituições financeiras | 1.996.835 | 3.154.750 |
| Caixa | 391 | 239 |
| | 1.997.226 | 3.154.989 |
| Acréscimos e diferimentos: | | |
| Acréscimos de proveitos | 0 | 0 |
| Custos diferidos | 38.799 | 17.635 |
| | 38.799 | 17.635 |
| | | |
| | | |
| Total do Activo | 43.730.808 | 42.764.427 |

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'JPS', 'Ji', and 'VSO']



Município de Carrizada de Ansiães

| FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO | 2019 | 2018 |
|---|------------|------------|
| Fundos Próprios: | | |
| Património | 8.548.722 | 8.548.722 |
| Diferenças de Consolidação | | 0 |
| Prestações suplementares | | 0 |
| Reservas: | | 0 |
| Reservas legais | 1.035.445 | 1.000.404 |
| Reservas estatutárias | | 0 |
| Reservas contratuais | | 0 |
| Outras reservas | | 0 |
| Resultados transitados | 25.642.683 | 25.018.247 |
| Interesses Minoritários | 153 | 238 |
| Subtotal | 35.227.002 | 34.567.611 |
| Resultado líquido afecto ao Município de Carrizada de Ansiães | -133.689 | 685.884 |
| Resultado líquido afecto a Interesses Minoritários | -58 | -86 |
| Total dos Fundos Próprios | 35.093.256 | 35.253.410 |
| Passivo | | |
| Provisões | | |
| Provisões para riscos e encargos | 0 | 0 |
| | 0 | 0 |
| Dívidas a terceiros — Médio e longo prazo | | |
| Dívidas a instituições de crédito | 664.739 | 907.040 |
| | 664.739 | 907.040 |
| Dívidas a terceiros — Curto prazo: | | |
| Fornecedores, c/c | 270.429 | 122.262 |
| Fornecedores — Facturas em recepção e conferência | 269.706 | 57.767 |
| Clientes e Utentes C/Cauções | 12.787 | 10.938 |
| Fornecedores de imobilizado, c/c | 677.833 | 370.034 |
| Estado e outros entes públicos | 25.177 | 33.818 |
| Outros credores | 23.862 | 50.740 |
| | 1.279.795 | 645.559 |
| Acréscimos e diferimentos: | | |
| Acréscimos de custos | 351.500 | 422.741 |
| Proveitos diferidos | 6.341.518 | 5.535.677 |
| | 6.693.018 | 5.958.418 |
| Total do passivo | 8.637.552 | 7.511.017 |
| Total do capital próprio e do passivo | 43.730.808 | 42.764.427 |

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

2 Demonstração de Resultados Consolidados

| DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS | | 2019 | | 2018 | |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|--|
| CUSTOS E PERDAS | | | | | |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas: | | | | | |
| Mercadorias | | | | | |
| Matérias | 178.850 | 178.850 | 176.954 | 176.954 | |
| Fornecimentos e serviços externos | | 2.237.517 | | 2.172.508 | |
| Custos com o pessoal | | | | | |
| Remunerações | 2.305.151 | | 1.929.877 | | |
| Encargos sociais: | 0 | | 0 | | |
| Pensões | | | | | |
| Outros | 684.539 | 2.989.690 | 557.613 | 2.487.489 | |
| Amortizações do imobiliário corpóreo e incorpóreo | 1.947.237 | | 1.708.887 | | |
| Ajustamentos | | | | | |
| Provisões | | 1.947.237 | | 1.708.887 | |
| Transferências e subsídios correntes concedidos | 868.620 | | 824.475 | | |
| Outros custos e perdas operacionais | 8.603 | 877.223 | 1.797 | 826.272 | |
| (A) | | 8.230.517 | | 7.372.110 | |
| Perdas em empresas do grupo e associadas | | | | | |
| Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros | | | | | |
| Juros e custos similares: | 1.163 | | 1.945 | | |
| Relativos a empresa do grupo | 0 | | 0 | | |
| Outros | 3.131 | 4.294 | 3.443 | 5.388 | |
| (C) | | 8.234.811 | | 7.377.498 | |
| Custos e perdas extraordinários | | 215.125 | | 153.996 | |
| (E) | | 8.449.936 | | 7.531.494 | |
| Imposto sobre o rendimento do exercício | | 0 | | 0 | |
| (G) | | 8.449.936 | | 7.531.494 | |
| Resultado líquido do exercício | | -133.746 | | 685.798 | |
| | | 8.316.190 | | 8.217.292 | |
| PROVEITOS E GANHOS | | | | | |
| Vendas e Prestações de Serviços: | | | | | |
| Vendas | 8.745 | | 6.464 | | |
| Prestação de Serviços | 584.545 | | 614.563 | | |
| Impostos e Taxas | 775.210 | 1.368.500 | 757.115 | 1.378.142 | |
| Variação da produção | | 0 | | 0 | |
| Trabalhos para a própria empresa | | | | | |
| Proveitos suplementares | | | | | |
| Transferências e subsídios obtidos | 6.711.566 | | 6.357.806 | | |
| Outros proveitos operacionais | 4.276 | | | | |
| Reversões de amortizações e ajustamentos | | 6.715.842 | | 6.357.806 | |
| (B) | | 8.084.343 | | 7.735.948 | |
| Ganhos em empresas do grupo e associadas | | | | | |
| Rendimentos de participações de capital | | | | | |
| Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras: | | | | | |
| Relativos a empresas do grupo | | | | | |
| Outros | | | | | |
| Outros juros e proveitos similares: | | | | | |
| Relativos a empresas do grupo | | | | | |
| Outros | | 1.860 | | 2.862 | |
| (D) | | 8.086.203 | | 7.738.810 | |
| Proveitos e ganhos extraordinários | | 229.987 | | 478.483 | |
| (F) | | 8.316.190 | | 8.217.292 | |
| Resumo: | | | | | |
| Resultados operacionais: (B) - (A) | | -146.174 | | 363.839 | |
| Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) | | -2.434 | | -2.527 | |
| Resultados correntes: (D) - (C) | | -148.608 | | 361.312 | |
| Resultados antes de impostos: (F) - (E) | | -133.746 | | 685.798 | |
| Resultado líquido do exercício: (F) - (G) | | -133.746 | | 685.798 | |
| Resultado Líquido afeto ao Município de Carrazeda de Ansiães | | -133.689 | | 685.884 | |
| Resultado Líquido afeto a interesses minoritários | | -58 | | -86 | |



3 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

| RECEBIMENTOS | | | PAGAMENTOS | | |
|----------------------------|-----------|-------------------|--------------------------------|-----------|-------------------|
| Saldo da gerência anterior | | 3.105.435 | Despesas orçamentais | | 10.295.965 |
| Execução Orçamental | 2.729.971 | | Correntes | 6.072.077 | |
| Operações de Tesouraria | 375.464 | | Capital | 4.223.888 | |
| Receitas orçamentais | | 9.115.822 | Operações de Tesouraria | | 656.226 |
| Correntes | 7.218.204 | | Saldo para a gerência seguinte | | 1.974.512 |
| Capital | 1.897.618 | | Execução Orçamental | 1.549.828 | |
| Outras | | | Operações de Tesouraria | 424.684 | |
| Operações de Tesouraria | | 705.445 | | | |
| | | | | | |
| | | 12.926.702 | | | 12.926.702 |

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Ansiões'.



A vertical column of five handwritten signatures in blue and black ink, located on the right side of the page.

III - Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

31 de Dezembro de 2019

1 Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação

Síntese das entidades incluídas no perímetro de consolidação:

| Entidade | Sede Social | Atividade Principal | % Capital Detido em 2018 |
|--|----------------------|--|--------------------------|
| Ensinansiães - Ensino Técnico Profissional - Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada | Carrazeda de Ansiães | Criação e Gestão do funcionamento de uma Escola Profissional | 99,43% |

O número médio de colaboradores ao serviço da empresa foi de 2, correspondente ao posto de trabalho associado ao Gabinete de Inserção Profissional e a um contabilista certificado em regime de prestação de serviços.

2 Entidades excluídas da consolidação

Não existem participações excluídas da consolidação.

3 Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

As demonstrações financeiras aqui apresentadas seguem os critérios valorimétricos previstos no POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de dezembro e pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro. Para este efeito, as demonstrações financeiras individuais das empresas municipais foram refeitas de forma a permitir a comparabilidade, a agregação e a anulação de saldos.

4 Informações relativas aos procedimentos de consolidação

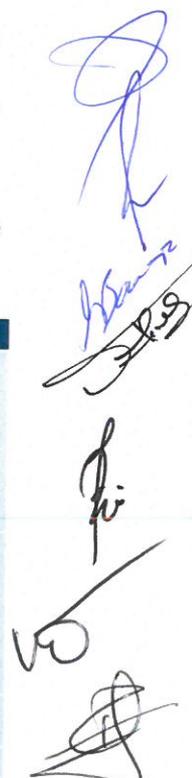
Obtiveram-se as demonstrações financeiras individuais das entidades que concorrem para o perímetro de consolidação assim como os detalhes contabilísticos de todos os saldos e transações realizados entre elas.

Não houve conhecimento de eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras.

5 Informações sobre o financiamento de médio e longo prazo

O quadro em baixo apresenta a desagregação do endividamento consolidado de médio longo prazos:

| Código / Descrição das Contas | Nº | Valor |
|--|------------------|----------------|
| Município de Carrazeda de Ansiães | 1 | 664.739 |
| Dívidas a terceiros de Médio e Longo Prazo | | |
| Ensinansiães - Ensino Técnico Profissional - Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada | 2 | 0 |
| Total | 3 = 1 + 2 | 664.739 |
| Eliminação de créditos / dívidas recíprocas | 4 | 0 |
| Grupo Público Consolidado | 5 = 3 - 4 | 664.739 |



6 Informações sobre saldos e fluxos financeiros

No mapa seguinte apresentam-se os saldos e os fluxos financeiros ocorridos entre as duas entidades no exercício de 2019:

i) Fluxos financeiros relativos a obrigações / pagamentos:

| Tipo de Fluxos | Saldo Inicial | Obrigações constituídas no exercício | Anulações no exercício | Pagamentos no exercício | Saldo Final |
|---------------------|---------------|--------------------------------------|------------------------|-------------------------|---------------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6=(2+3)-(4+5) |
| Transferências | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Relações Comerciais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

ii) Fluxos financeiros relativos a direitos / recebimentos:

| Tipo de Fluxos | Saldo Inicial | Obrigações constituídas no exercício | Anulações no exercício | Pagamentos no exercício | Saldo Final |
|---------------------|---------------|--------------------------------------|------------------------|-------------------------|---------------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6=(2+3)-(4+5) |
| Transferências | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Relações Comerciais | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outros | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

7 Informações relativas a compromissos

Nada a reportar

8 Informações relativas a políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com o objetivo de dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação económica, financeira e patrimonial, aplicando os princípios de continuidade, consistência, especialização, custo histórico, prudência, materialidade e da não compensação. Os registos contabilísticos tiveram por base os seguintes critérios valorimétricos, utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados.

Imobilizado

O ativo imobilizado, foi valorizado ao custo de aquisição ou produção.

Existências

As Existências estão registadas ao custo de aquisição, incluindo o IVA não dedutível, utilizando o custo médio ponderado como método de custeio das saídas de armazém.

Dívidas a Terceiros

As dívidas de terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Disponibilidades

Os saldos de disponibilidades estão reconhecidos ao valor nominal.

Amortizações

As amortizações do Grupo estão contabilizadas com base nas taxas previstas na Portaria n.º 671/2000 – CIBE. O método de cálculo das amortizações é a das quotas constantes, o qual é homogéneo com o da participada.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos.

O rédito proveniente de impostos diretos e indiretos é reconhecido quando o direito é gerado, independentemente da data do seu recebimento. O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido quando o direito é gerado, independentemente da data do seu recebimento. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos, a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do documento legal ou da passagem da posse para o comprador.



Subsídios à Exploração

São contabilizados na conta de Subsídios à exploração atendendo ao grau de execução dos custos que subsidia, sendo reconhecidos em conta a receber os montantes para as quais existe já fortes expectativas de recebimento (pedido de pagamento efetuado).

Juizados de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juizados de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de proveitos e custos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juizados de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vida útil do património
- Provisões das dívidas a receber
- Provisões para riscos e encargos
- Estimativa de Férias e Subsidio de Férias
- Proveitos a receber de projetos participados
- Subsídios a receber de terceiras entidades
- Taxas a receber de terceiros.



9 Informações relativas a determinadas rubricas

9.1 Financiamentos ocorridos no ativo imobilizado e amortizações acumuladas:

As taxas médias de depreciação do Património são as seguintes:

| Conta | Descrição | Taxas de Amortização (intervalo) |
|-------|--|----------------------------------|
| 42.2 | Edifícios e Outras Construções | 0% - 20% |
| 42.3 | Equipamento Básico | 0% - 100% |
| 42.4 | Equipamento de Transporte | 7,14% - 100% |
| 42.5 | Ferramentas e Utensílios | 7,14% - 100% |
| 42.6 | Equipamento Administrativo | 0% - 100% |
| 42.9 | Outras Imobilizações Corpóreas | 0% - 100% |
| 43.3 | Propriedade Industrial e Outros Direitos | 33,33% - 100% |
| 45.3 | Outras Construções e Outras Infraestruturas | 0% - 5% |
| 45.5 | Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural | 5% |

O mapa de variação do Imobilizado é o seguinte:

| A/C | Designação | Saldo Inicial | Aumentos | Diminuições | Saldo Final |
|-----------|---|-------------------|------------------|------------------|-------------------|
| 41 | INVESTIMENTOS FINANCEIROS | | | | |
| 411 | Partes de Capital | 2.514 | 0 | 0 | 2.514 |
| 412 | Investimentos Financeiros-Obrigações e Títulos de Participação- FAM | 1.391.350 | 0 | 26.653 | 1.364.697 |
| | Subtotal | 1.393.864 | 0 | 26.653 | 1.367.211 |
| 42 | IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS | | | | |
| 421 | Terrenos e recursos naturais | 2.578.718 | 0 | 0 | 2.578.718 |
| 422 | Edifícios e outras construções | 19.731.349 | 973.792 | 0 | 20.705.141 |
| 423 | Equipamento básico | 767.215 | 38.977 | 3.857 | 802.335 |
| 424 | Equipamento de transporte | 1.126.370 | 60.007 | 0 | 1.186.377 |
| 425 | Ferramentas e utensílios | 132.421 | 4.256 | 0 | 136.677 |
| 426 | Equipamento administrativo | 1.452.927 | 64.803 | 4.835 | 1.512.895 |
| 429 | Outras imobilizações corpóreas | 294.351 | 0 | 0 | 294.351 |
| 442 | Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas | 3.901.313 | 2.667.531 | 1.535.253 | 5.033.591 |
| | Subtotal | 29.984.664 | 3.809.366 | 1.543.945 | 32.250.085 |
| 43 | IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS | | | | |
| 432 | Despesas de investigação e de desenvolvimento | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 433 | Propriedade industrial e outros direitos | 2.000 | 0 | 0 | 2.000 |
| | Subtotal | 2.000 | 0 | 0 | 2.000 |
| 45 | BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO | | | | |
| 451 | Terrenos e recursos naturais | 108.282 | 18.926 | 0 | 127.208 |
| 453 | Outras construções e infraestruturas | 24.021.777 | 2.001.330 | 0 | 26.023.107 |
| 455 | Bens de domínio Histórico, artístico e Cultural | 97.788 | 0 | 0 | 97.788 |
| 459 | Outros bens de Domínio Público | 499.547 | 47.167 | 0 | 546.714 |
| 445 | Imobilizações em curso de bens de dominio publico | 2.644.037 | 401.547 | 458.276 | 2.587.308 |
| | Subtotal | 27.371.431 | 2.468.970 | 458.276 | 29.382.125 |
| | TOTAL | 58.751.959 | 6.278.336 | 2.028.874 | 63.001.421 |

O quadro seguinte sintetiza o movimento ocorrido nas amortizações acumuladas:

| AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS | | | | | |
|-------------------------|---|-------------------|--------------|----------------|-------------------|
| A/C | Designação | Saldo Inicial | Reforço | Regularizações | Saldo Final |
| 41 | INVESTIMENTOS FINANCEIROS | | | | |
| 411 | Partes de Capital | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 412 | Investimentos Financeiros-Obrigações e Títulos de Participação- FAM | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Subtotal | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 42 | IMOBILIZAÇÕES CORPOREAS | | | | |
| 421 | Terrenos e recursos naturais | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 422 | Edifícios e outras construções | 6.478.468 | 0 | 0 | 6.478.468 |
| 423 | Equipamento básico | 723.775 | 0 | 0 | 723.775 |
| 424 | Equipamento de transporte | 852.950 | 0 | 0 | 852.950 |
| 425 | Ferramentas e utensílios | 121.744 | 0 | 0 | 121.744 |
| 426 | Equipamento administrativo | 1.353.291 | 824 | 0 | 1.354.116 |
| 429 | Outras imobilizações corpóreas | 241.037 | 339 | 0 | 241.376 |
| | Subtotal | 9.771.267 | 1.163 | 0 | 9.772.430 |
| 43 | IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS | | | | |
| 432 | Despesas de investigação e de desenvolvimento | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 433 | Propriedade industrial e outros direitos | 2.000 | 0 | 0 | 2.000 |
| | Subtotal | 2.000 | 0 | 0 | 2.000 |
| 45 | BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO | | | | |
| 451 | Terrenos e recursos naturais | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 453 | Outras construções e infraestruturas | 13.467.161 | 0 | 0 | 13.467.161 |
| 455 | Bens de domínio Histórico, artístico e Cultural | 5.729 | 0 | 0 | 5.729 |
| 459 | Outros bens de Domínio Público | 105.696 | 0 | 0 | 105.696 |
| | Subtotal | 13.578.586 | 0 | 0 | 13.578.586 |
| | TOTAL | 23.351.853 | 1.163 | 0 | 23.353.017 |

9.2 Dívidas a terceiros apresentadas no Balanço Consolidado:

As dívidas a terceiros reportados a 31 de Dezembro de 2019 são as seguintes, apresentadas por exigibilidade:

| Dívidas a Terceiros | 2019 | 2018 |
|---|------------------|------------------|
| Dívidas de Médio / Longo Prazo | | |
| Empréstimos de Médio / Longo Prazo | 664.739 | 907.040 |
| Dívidas de Curto Prazo | | |
| Fornecedores, c/c | 270.429 | 122.262 |
| Fornecedores — Faturas em receção e conferência | 269.706 | 57.767 |
| Clientes e Utentes C/Cauções | 12.787 | 10.938 |
| Fornecedores de imobilizado, c/c | 677.833 | 370.034 |
| Estado e outros entes públicos | 25.177 | 33.818 |
| Outros credores | 23.862 | 50.740 |
| | 1.944.534 | 1.552.599 |

9.3 Repartição do Valor Líquido Consolidado das Vendas e Prestação de Serviços

O valor consolidado das Vendas e Prestações de Serviços, repartido por categoria de atividade é o seguinte:

| Vendas e Prestações de Serviços | Município de Carrazeda de Ansiães | Ensinansiães | Total |
|---|-----------------------------------|--------------|----------------|
| Vendas de Produtos Diversos | 8.745 | 0 | 8.745 |
| Serviços de Educação | 0 | 0 | 0 |
| Resíduos Sólidos | 109.063 | 0 | 109.063 |
| Instituições Desportivas, Culturais e Recreativas | 70.481 | 0 | 70.481 |
| Outras Prestações de Serviços | 1.602 | 0 | 1.602 |
| Rendas e Alugueres | 396.162 | 0 | 396.162 |
| Prestações de Serviços Administrativos | 1.532 | 0 | 1.532 |
| Parques de Estacionamento e Parquímetros | 5.706 | 0 | 5.706 |
| Outros | 0 | 0 | 0 |
| | 593.290 | 0 | 593.290 |

9.4 Demonstração consolidada dos Resultados Financeiros

A Demonstração dos Resultados Financeiros a 31 de Dezembro de 2019 apresenta o seguinte detalhe:

| Custos e Perdas | 2019 | 2018 |
|------------------------------------|--------------|--------------|
| Juros Suportados | 1.163 | 1.651 |
| Perdas em Entidades Participadas | 0 | 0 |
| Outros Custos E Perdas Financeiros | 3.131 | 3.737 |
| | 4.294 | 5.388 |

| Proveitos e Ganhos | 2019 | 2018 |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
| Juros Obtidos | 1.860 | 2.860 |
| Ganhos em Entidades Participadas | 0 | 0 |
| Outros Proveitos e Ganhos Financeiros | 0 | 0 |
| | 1.860 | 2.860 |

9.5 Demonstração consolidada dos Resultados Extraordinários

No quadro em baixo apresenta-se a Demonstração dos Resultados Extraordinários a 31 de Dezembro de 2019:

| Custos e Perdas | 2019 | 2018 |
|---|----------------|----------------|
| Transferências de Capital Concedidas | 213.551 | 148.621 |
| Perdas em Existências | 373 | 419 |
| Perdas em Imobilizações | 0 | 4.633 |
| Correções Relativas a Exercícios Anteriores | 547 | 0 |
| Outros Custos e Perdas Extraordinárias | 653 | 323 |
| | 215.125 | 153.996 |



| Proveitos e Ganhos | 2019 | 2018 |
|---|----------------|----------------|
| Ganhos em Existências | 1.450 | 2.677 |
| Ganhos em Imobilizações | 0 | 0 |
| Benefícios de Penalidades Contratuais | 1.834 | 928 |
| Reduções de Amortizações e Provisões | 0 | 19.108 |
| Correções Relativas a Exercícios Anteriores | 0 | 1.768 |
| Outros Proveitos de Ganhos Extraordinários | 226.703 | 453.087 |
| | 229.987 | 477.568 |

9.6 Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

O custo das vendas a 31 de Dezembro de 2019 é o seguinte:

| Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas | Município de Carrazeda de Ansiães | Ensinansiães | Total |
|--|-----------------------------------|--------------|----------------|
| Matérias-Primas | 268 | 0 | 268 |
| Matérias Subsidiárias | 0 | 0 | 0 |
| Materiais de Consumo | 178.582 | 0 | 178.582 |
| | 178.850 | 0 | 178.850 |

10 Outras informações relevantes

Investimentos Financeiros

Na conta de investimentos financeiros está ainda relevada a subscrição de unidades de participação do Fundo de Apoio Municipal (FAM), nos termos da Lei n.º 53/2015, de 25 de Agosto.

Nos termos do artigo 19º da referida Lei, a realização do capital decorrerá nos próximos 7 anos, com início em 2015, através de duas prestações anuais a ocorrer nos meses de Junho e Dezembro.

Foi emitida uma Nota Explicativa por parte do SATAPOCAL, a qual preconiza o reconhecimento, já em 2015, da subscrição das Unidades de Participação, por contrapartida de um passivo, refletido na conta de Outros Credores, o qual não releva para efeitos de endividamento, nos termos do n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2014, de 3 de Setembro.



[Handwritten signatures in blue and black ink]

IV – Certificação Legal de Contas

31 de Dezembro de 2019

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Carrazeda de Ansiães (Grupo Autárquico)**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 43.731 milhares de euros e um total de fundos próprios de 35.093 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 134 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas e o mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos (ou possíveis efeitos) da matéria referida na secção Bases para a opinião com reservas, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de **Município de Carrazeda de Ansiães** em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o POCAL.

Bases para a opinião com reservas

1. No decurso da intervenção por nós realizada, identificámos as seguintes limitações ao âmbito do nosso trabalho, as quais entendemos reportar:
 - i) O Município não dispõe de um cadastro de imobilizado que permita efetuar uma verificação física inequívoca dos bens de sua propriedade. Em resultado deste facto não estamos habilitados a emitir opinião sobre a integralidade do valor das rubricas de “Bens de domínio público” e “Imobilizações corpóreas” evidenciadas no Balanço, as quais em 31 de dezembro de 2019 totalizam 38.280.624 euros e, conseqüentemente, sobre o montante de 1.947.237 euros respeitante ao saldo da rubrica de “Amortizações do exercício” que consta da Demonstração dos resultados.
 - ii) Na data de emissão do presente relatório ainda não havíamos obtido a resposta ao pedido de confirmação externa de saldos e outras informações enviada à empresa “Águas de Carrazeda, S.A.”. Por esta razão, e por não nos ter sido possível realizar adequados procedimentos alternativos de auditoria de forma a ultrapassar a limitação supra mencionada, não pudemos concluir relativamente ao saldo de 1.839 milhares de euros incluído na rubrica de “Outros Devedores”.
2. No decurso do trabalho efetuado, verificámos que o Município poderá incorrer em responsabilidades futuras relativas a processos judiciais em curso no montante de, pelo menos, 725 milhares de euros para as quais não foi constituída qualquer provisão. Em resultado desta situação, com referência a 31 de dezembro de 2019, concluímos que o Passivo se encontra subavaliado em

Telefone: +351 213 182 720 | Email: info@pkf.pt | www.pkf.pt

PKF & Associados, SROC, Lda. | Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, n.º 1, 4.º H e O | 1050-094 Lisboa | Contribuinte n.º 504 046 683 | Capital Social €50.000 | Inscrita na OROC sob o n.º 152 e na CMVM sob o n.º 20161462

A PKF & Associados, SROC, Lda. é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

cerca de 725 milhares de euros, por contrapartida de uma sobreavaliação dos Fundos Próprios no mesmo montante.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras* abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o POCAL;
- elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

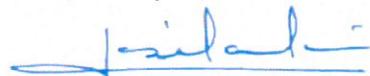
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 09 de junho de 2020



PKF & Associados, SROC, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por

José de Sousa Santos (ROC n.º 804 / CMVM n.º 20160434)

